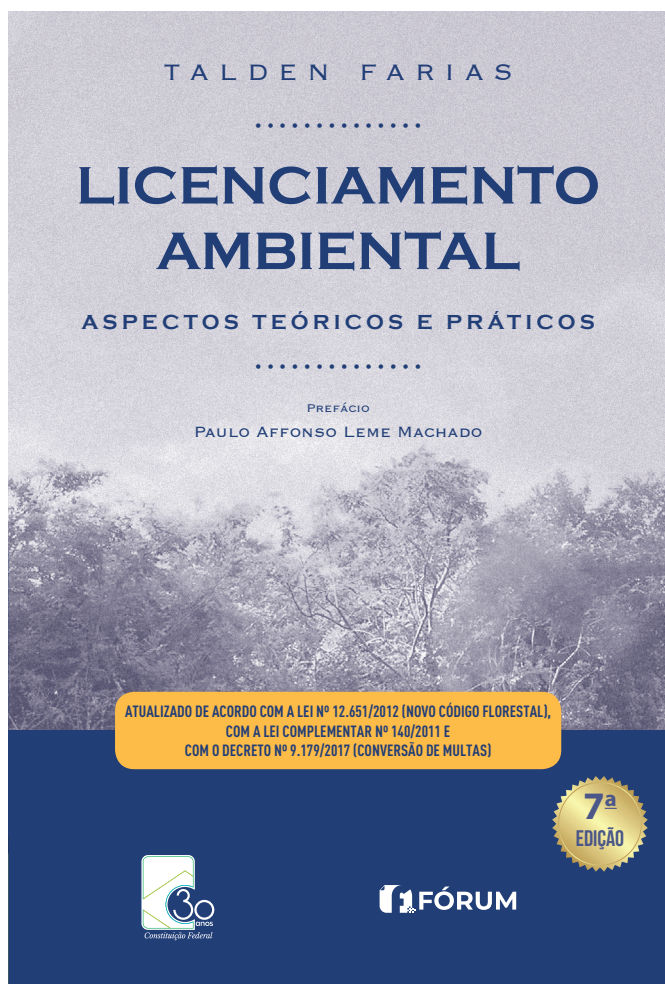




Autor
Talden Farias

LICENCIAMENTO AMBIENTAL ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Atualizado de acordo com a Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), com a Lei Complementar nº 140/2011 e com o Decreto nº 9.179/2017 (Conversão de Multas)

7ª edição

Prefácio
Paulo Affonso Leme Machado

O licenciamento ambiental é o instrumento mediante o qual o Poder Público procura controlar as atividades que degradam ou que simplesmente podem degradar. Trata-se do mais importante mecanismo estatal de defesa do meio ambiente, pois é por meio dele que o Poder Público impõe condições para o exercício das atividades econômicas privadas e públicas.

A função de controlar tais atividades está expressamente estabelecida pelo inciso V do §1º do art. 225 da Constituição Federal, que reza que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado, incumbe ao Poder Público “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”. Isso significa que o sistema de licenciamento tem por finalidade assegurar que a variável ambiental seja considerada quando do planejamento, da instalação ou do funcionamento dessas atividades.

Sua importância é tamanha que a ausência da licença ambiental ou o desacordo com ela estão sujeitos à responsabilização nas esferas administrativa, cível e criminal. Ademais, por requerer uma abordagem interdisciplinar, o licenciamento não interessa apenas aos operadores do direito, e sim a todos os profissionais que trabalham com meio ambiente, a exemplo de agrônomos, antropólogos, arquitetos, biólogos, desenhistas industriais, economistas, engenheiros, médicos, sociólogos, turismólogos e urbanistas.

Já em sua sétima edição, este livro se propõe a discutir os aspectos mais importantes do licenciamento ambiental, servindo como obra de referência prática e teórica a todos os que estudam e/ou trabalham com o tema.

Área específica
DIREITO AMBIENTAL.

Áreas afins
DIREITO ADMINISTRATIVO,
DIREITO CONSTITUCIONAL E
CIÊNCIAS AMBIENTAIS.

Público-alvo/consumidores
PROFISSIONAIS DA ÁREA JURÍDICA,
ESTUDANTES INTERESSADOS EM
DIREITO AMBIENTAL E CONSULTORES
E TÉCNICOS DA ÁREA AMBIENTAL.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001507

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F224l

Farias, Talden

Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos / Talden Farias. 7. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

234p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0586-5

1. Direito Ambiental. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 341.347

CDU: 34:502.7

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FARIAS, Talden. *Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos*. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 234p. ISBN 978-85-450-0586-5.

Talden Farias é Advogado. Consultor jurídico. Professor de Direito Ambiental da graduação e da pós-graduação (mestrado e doutorado) do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (CCJ/UFPB). Doutor em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com estágio de doutoramento sanduíche junto à Universidade de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne (bolsa Capes/Cofecub), tendo obtido nota máxima da banca avaliadora. Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com estágio de pesquisa realizado junto à Universidade de Salamanca/Espanha. Mestre em Ciências Jurídicas pela UFPB. Membro da Academia Paraibana de Letras Jurídicas (APLJ). Diretor de Ensino da União Brasileira da Advocacia Ambiental (UBAA). Líder do Grupo de Pesquisa em Direito da Cidade (GPDC), cadastrado junto ao CNPq. Autor dos livros *Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos* (7. ed. Fórum, 2019), *Introdução ao direito ambiental* (Del Rey, 2009) e *Direito ambiental: tópicos especiais* (UFPB, 2007). Coorganizador da obra *Direito ambiental: o meio ambiente e os desafios da contemporaneidade* (Fórum, 2010). Coautor do livro *Planejamento urbano de energias renováveis: diálogos franco-brasileiros* (Editor, 2016). Ex-Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de João Pessoa (SEMAM/PMJP) e ex-Chefe da Procuradoria da Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba (SUDEMA). Ex-integrante da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Conselho de Proteção Ambiental do Estado da Paraíba (COPAM). Autor de diversos capítulos de livros e de dezenas de artigos científicos publicados em periódicos especializados. Membro de equipe multidisciplinar de diversos estudos e relatórios de impacto ambiental relativos a obras de infraestrutura e conferencista e debatedor em congressos e seminários. Colunista ambiental do *site* Consultor Jurídico (Conjur).

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Paulo Affonso Leme Machado	15
APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO	
Leandro Eustáquio de Matos Monteiro	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
ASPECTOS GERAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	27
1.1 Licenciamento ambiental e licença ambiental	28
1.2 Objetivo do licenciamento ambiental	29
1.3 Importância do licenciamento ambiental.....	30
1.4 Surgimento do licenciamento ambiental	32
1.5 Licenciamento ambiental e direito constitucional	34
1.6 Licenciamento ambiental e Política Nacional do Meio Ambiente.....	37
1.7 Licenciamento ambiental e Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	42
CAPÍTULO 2	
ATIVIDADES SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	45
2.1 Impacto ambiental.....	51
2.2 Licenciamento ambiental de ampliações	56
2.3 Licenciamento ambiental de obras públicas.....	57
2.3.1 Autolicensing ambiental e obras públicas.....	59
2.4 Licenciamento ambiental de atividades em instalação, instaladas ou em funcionamento	61
2.5 Regularização das atividades instaladas ou em funcionamento	65
2.5.1 Termo de compromisso	67
CAPÍTULO 3	
FASES E PROCEDIMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ...	71
3.1 Fases do licenciamento ambiental.....	72
3.1.1 Licença prévia	72
3.1.1.1 Licença prévia e avaliação de impactos ambientais	74
3.1.1.2 Licença prévia e autorização para supressão de vegetação ..	79
3.1.2 Licença de instalação.....	81
3.1.3 Licença de operação	82
3.1.4 Licença ambiental simplificada ou em conjunto.....	83
3.1.5 Licença ambiental corretiva	84
3.2 Procedimentos do licenciamento ambiental.....	85
3.2.1 Prazos para análise do requerimento da licença ambiental ..	89
3.2.1.1 Prestação de informações no licenciamento ambiental	92
3.2.2 Prazo de validade das licenças ambientais.....	93
3.2.3 Compatibilização entre a licença ambiental e a licença urbanística	96
3.2.4 Medidas mitigadoras e medidas compensatórias	99
3.2.5 Compensação ambiental do SNUC.....	102
3.2.6 Dispensa do licenciamento ambiental.....	106
3.2.7 Autorização para a queima controlada	108

CAPÍTULO 4	
COMPETÊNCIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	111
4.1 Competência.....	112
4.2 Competência em matéria ambiental	113
4.3 Competência legislativa em matéria ambiental	114
4.4 Competência administrativa em matéria ambiental	120
4.4.1 Lei Complementar nº 140/2011	121
4.4.1.1 Competência licenciatória da União.....	122
4.4.1.2 Competência licenciatória dos estados.....	132
4.4.1.3 Competência licenciatória dos municípios	134
4.4.1.4 Único nível de competência e licenciamento ambiental	138
4.4.1.5 Convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares.....	140
4.4.1.6 Conama e licenciamento ambiental	142
4.4.1.7 Fiscalização e sanção no licenciamento ambiental	144
4.4.2 Convalidação do licenciamento ambiental	149
4.5 A competência do Instituto Chico Mendes.....	151
4.5.1 A autorização do ICMBio e o seu papel como órgão interveniente no licenciamento ambiental.....	152
4.5.2 Responsabilidade fiscalizatória e sancionatória do ICMBio ..	153
CAPÍTULO 5	
NATUREZA JURÍDICA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	157
5.1 Procedimento administrativo e processo administrativo.....	160
5.2 Licenciamento ambiental como processo administrativo	164
5.3 Incidência dos princípios do processo administrativo	167
CAPÍTULO 6	
REVISIBILIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E NATUREZA JURÍDICA DA LICENÇA AMBIENTAL	175
6.1 Retirada da licença ambiental.....	180
6.2 Suspensão da licença ambiental	180
6.3 Anulação, cassação e revogação da licença ambiental.....	181
6.4 Licença ambiental e direito adquirido.....	185
6.5 Natureza jurídica da licença ambiental.....	187
6.6 Direito à indenização	199
CAPÍTULO 7	
RESPONSABILIDADE JURÍDICA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	203
7.1 Responsabilidade administrativa e licenciamento ambiental	204
7.2 Responsabilidade jurisdicional e licenciamento ambiental...	207
7.2.1 Responsabilidade civil e licenciamento ambiental	208
7.2.2 Responsabilidade criminal e licenciamento ambiental.....	213
7.2.3 Improbidade administrativa e licenciamento ambiental	217
7.3 Os Tribunais de Contas e o licenciamento ambiental de obras públicas.....	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
REFERÊNCIAS	227